

A formalização do trabalho: crescimento econômico e efeitos da política laboral no Brasil

**JOSÉ DARI KREIN /
ANSELMO LUIS DOS SANTOS**

Desde 2004, o mercado de trabalho no Brasil tem apresentado indicadores positivos, entre eles o aumento do nível de emprego formal, a queda do desemprego e a melhora na renda média dos trabalhadores. As mudanças representam uma inflexão em relação às políticas neoliberais dos anos 90 e mostram que a flexibilização não tem relação positiva com a criação de empregos. Ao contrário: as oportunidades da economia podem ser incrementadas pela ação do Estado e do movimento sindical. O artigo analisa o processo de formalização das relações de trabalho no país, explica seus principais determinantes e avalia suas consequências na estrutura ocupacional, bem como nas condições de trabalho, nas negociações coletivas, na sindicalização, na desigualdade e na proteção social.

■ Introdução

O mercado de trabalho no Brasil, assim como ocorreu em praticamente todos os países da América Latina, apresentou, na primeira década do século XXI, indicadores muito positivos, especialmente o crescimento do emprego com registro e protegido, a diminuição do desemprego, a redução das desigualdades

José Dari Krein: diretor e pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho (CESIT) e professor do Instituto de Economia da Universidade de Campinas (Unicamp).

Anselmo Luis dos Santos: diretor-adjunto e pesquisador do CESIT e professor do Instituto de Economia da Unicamp.

Palavras-chave: flexibilização, relações de trabalho, mercado de trabalho, formalização, inclusão, movimento sindical, Estado, Brasil.

dos rendimentos do trabalho, a elevação da renda média dos trabalhadores e a elevação mais substantiva dos salários de bases, principalmente com a política de valorização do salário mínimo. Mesmo não resolvendo uma série de problemas estruturais do mercado de trabalho brasileiro, esse movimento abriu a perspectiva de avançar rumo a ampliação da proteção social.

Essa melhoria, sobretudo a partir de 2004, representou uma nítida inflexão em relação aos anos 90, quando houve uma expressiva deterioração dos indicadores do mercado de trabalho, em um contexto em que o país se inseria na globalização financeira, com a adoção de políticas de corte neoliberal, de baixo e instável crescimento econômico, de reestruturação produtiva, e implementava uma agenda de flexibilização das relações de trabalho, como «alternativa» para enfrentar o crescente desemprego. A inflexão dos indicadores no mercado de trabalho evidenciaram que a flexibilização não tem relação positiva com a criação de empregos. Ao contrário, as oportunidades geradas pelo maior dinamismo econômico podem ser incrementadas, na perspectiva da estruturação do mercado e das relações de trabalho, a partir da ação do Estado e do movimento sindical, à medida que a ação coletiva tem grande importância na definição das formas de uso, contratação e remuneração do trabalho.

O objetivo do presente artigo é analisar o processo de formalização do mercado e das relações de trabalho no Brasil, explicitar seus principais determinantes e avaliar suas conseqüências na estrutura ocupacional, nas condições de trabalho, nas negociações coletivas, na sindicalização, na desigualdade e na proteção social. O presente texto está estruturado em três partes. Na primeira delas, é realizada uma análise da dinâmica do mercado de trabalho, na qual se destacam as principais características e os determinantes desse processo de formalização. Na segunda seção, serão analisadas as conseqüências desse processo de formalização em diversos aspectos do mercado e das relações de trabalho, assim como da sindicalização, das negociações coletivas e da proteção e desigualdade social. Por último, são apresentadas as considerações finais.

■ **A formalização do mercado e das relações de trabalho no Brasil a partir de 2004**

O quadro de desestruturação do mercado e das relações de trabalho no Brasil começa a se reverter significativamente e de forma consistente a partir de 2004. Diversas mudanças positivas ocorreram num ritmo modesto no primeiro

mandato do governo Luiz Inácio Lula da Silva, que de forma progressiva e cumulativa foram amplificadas no segundo mandato e no início do governo Dilma Rouseff¹.

Enquanto em vários países a crise internacional provocou uma forte elevação do desemprego, em 2010, com um aumento de 7,5% no PIB brasileiro, a taxa média de desemprego metropolitano já havia caído para 6,7%, ou seja, bem menor do que a taxa observada no ano de mais forte crise (8,1% em 2009), refletindo um expressivo crescimento no ritmo de geração de ocupações em 2010 – 2,9% para as áreas metropolitanas². Em 2011, a taxa média anual de desemprego metropolitano recuou ainda mais, para 6%, enquanto a ocupação aumentou 1,3%. A queda do desemprego, entre 2004 e 2011, beneficiou todos os segmentos: homens, mulheres, população com mais de 50 anos, principais responsáveis pela família, jovens, outros membros da família, embora os homens com 25 anos ou mais tenham sido os mais beneficiados. Assim, a situação modificou-se substantivamente: de um desemprego explosivo e generalizado, em 2002, para taxas de desemprego reduzidas, pleno emprego em alguns segmentos e regiões, bem como uma progressiva falta de diversos tipos de profissionais especializados no período 2010/2011³.

Nesse processo de aumento das ocupações e de redução do desemprego, destaca-se uma forte expansão do emprego assalariado formal no setor privado e no setor público, cujas taxas médias anuais de expansão, apenas no período 2007-2009, foram, respectivamente, 5,1% e 4,4%, muito superiores ao ritmo de crescimento da população economicamente ativa (1,45%) e também ao conjunto dos ocupados (1,49%)⁴. Esse desempenho foi suficiente para aumentar expressivamente o peso do assalariamento e da formalização na estrutura ocupacional do conjunto do país⁵.

1. Paulo Eduardo de Andrade Baltar et al.: *Trabalho no governo Lula: uma reflexão sobre a recente experiência brasileira*, Working Paper N° 9, Global Labour University, Berlim, maio 2010; J.D. Krein, A.L. dos Santos e Bartira Tardelli Nunes: «Trabalho no Governo Lula: avanços e contradições», Texto para Discussão N° 201, Instituto de Economia da Unicamp, Campinas, fevereiro de 2012; A.L. dos Santos: *Recuperação econômica e trabalho no governo Lula*, UNAM, México, DE, no prelo.

2. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): Base de dados da Pesquisa Mensal de Empregos, <www.ibge.gov.br>, acessado em 2/2/2012.

3. Essa taxa alcançou o piso mínimo recorde em janeiro de 2012, de apenas 5,5%. J.D. Krein, A.L. dos Santos e Bartira Tardelli Nunes: ob. cit.; A.L. dos Santos: *Recuperação econômica e trabalho no governo Lula*, cit.

4. No período 2004-2006, o crescimento da ocupação também foi marcado por um movimento de elevado crescimento do emprego assalariado e formalizado no setor privado (4,9% ao ano) e no setor público (2,3%).

5. P.E.A. Baltar et al.: *Trabalho no governo Lula: uma reflexão sobre a recente experiência brasileira*, cit.

Enquanto a expansão do emprego formal do setor privado foi de 25,3%, a do emprego no setor público alcançou 19,3% e a dos empregadores 15%, ao longo do período 2004-2009. As piores ocupações apresentaram um ritmo muito menor de crescimento: o trabalho doméstico incrementou 11,8%, o emprego assalariado sem carteira diminuiu 0,8%, o trabalho por conta própria aumentou apenas 2,3% e o trabalho não remunerado foi reduzido em 21,7%⁶.

Esses dados expressam uma tendência já caracterizada para o período em que as melhores ocupações cresceram num ritmo mais expressivo do que as piores, nesse processo de ampliação expressiva do assalariamento e da formalização dos vínculos de emprego⁷.

Além disso, com o processo de formalização e de elevação do valor real do salário mínimo, com os ganhos reais de salários e a melhoria dos benefícios trabalhistas alcançados nas negociações coletivas, essas piores ocupações passaram a melhorar⁸. A estrutura ocupacional passou, portanto, a receber os impactos positivos da perda relativa de participação das piores ocupações – com uma queda de quase seis pontos percentuais –, da melhoria dessas piores ocupações e do maior incremento de ocupações qualificadas e formalizadas – de nível técnico ou superior, como as dos profissionais das ciências e artes, nas empresas médias e grandes, privadas e públicas, mais organizadas e estruturadas, além do serviço público – que, em conjunto, aumentaram sua participação em pouco mais de quatro pontos percentuais na estrutura ocupacional. Assim, além do aumento do assalariamento e da formalização, a estrutura ocupacional também melhorou pela queda das ocupações precárias e/ou informais/ilegais: o conjunto dos assalariados sem carteira, dos trabalhadores por conta própria, dos trabalhadores domésticos e sem remuneração apresentou redução absoluta, no período 2004-2009⁹.

Enquanto a expansão do emprego formal do setor privado foi de 25,3%, a do emprego no setor público alcançou 19,3% e a dos empregadores 15%, ao longo do período 2004-2009 ■

6. A.L. dos Santos: *Recuperação econômica e trabalho no governo Lula*, cit.

7. Tendências importantes quando se considera a expressiva perda de participação do assalariamento na estrutura ocupacional, especialmente do emprego assalariado formal, nos anos 90. P.E.A. Baltar et al.: *Trabalho no governo Lula: uma reflexão sobre a recente experiência brasileira*, cit.

8. *Ibid.*

9. A.L. dos Santos: «Trabalho informal nos pequenos negócios: evolução e mudanças no governo Lula», relatório final de pesquisa, IPEA, Brasília, 2011.

O desempenho favorável do mercado de trabalho brasileiro no período 2004-2011 foi, acima de tudo, determinado pelo maior ritmo de crescimento econômico ■

O desempenho favorável do mercado de trabalho brasileiro no período 2004-2011 foi, acima de tudo, determinado pelo maior ritmo de crescimento econômico, cujas taxas médias alcançaram 3,5% no período 2003-2006 e 4,5% no período 2007-2010 – mesmo com os impactos perversos da crise financeira internacional. Apesar de a opção inicial de política macroeconômica do governo Lula guiar-se pelo extremo conservadorismo, tanto no que se refere à política fiscal (de elevados superávits primários) e ainda mais em relação à política monetária (taxas de juros reais mais elevadas do mundo), a partir de 2004 a economia brasileira passou a crescer num patamar mais elevado do que o observado no período 1990-2002¹⁰.

E isso se deveu, em um primeiro momento, às importantes mudanças no cenário internacional e seus impactos positivos sobre a redução da extrema vulnerabilidade externa da economia brasileira. Favorecidas por um cenário de expressivo aumento da demanda e dos preços internacionais de commodities e, secundariamente, por um quadro interno marcado por taxa de câmbio desvalorizada e expressiva capacidade ociosa em diversos segmentos produtivos, as exportações passaram, surpreendentemente, a apresentar um vigoroso e sustentado ritmo de crescimento, especialmente a partir de 2003, e que se prolongou até os impactos negativos da crise internacional sobre o comércio mundial, no final de 2008.

Com o significativo aumento das exportações, a consecução de um superávit no comércio externo e nas transações correntes, a redução da desconfiança dos investidores externos que resultaram em um aumento da entrada do capital estrangeiro e o retorno daqueles que deixaram o país no ano anterior, a situação externa melhorou, a moeda brasileira pôde recuperar parte de sua elevada desvalorização, a inflação foi cedendo e a política monetária passou muito lentamente a ser menos apertada, contribuindo para uma elevação do ritmo de crescimento econômico já a partir de 2004.

Com a manutenção do vigor exportador determinado externamente pela economia mundial e, em especial, pela demanda chinesa e asiática, os efeitos

10. A.L. dos Santos: *Recuperação econômica e trabalho no governo Lula*, cit.

multiplicadores do comércio exterior sobre a demanda interna, juntamente com a implementação de políticas que ampliaram o acesso ao crédito (crédito consignado), que aumentaram o volume de transferências de renda aos pobres (Bolsa-Família), que elevaram o salário mínimo e, com isso, o piso dos benefícios previdenciários, o mercado interno passou a se constituir na principal fonte de elevação da demanda e o PIB cresceu de forma mais expressiva¹¹.

A melhoria econômico-financeira das empresas e do setor público, o começo de uma reorientação da política econômica a partir da crise política de 2005 e a necessidade de reconquistar apoio para enfrentar as próximas eleições também contribuíram para elevar as taxas de crescimento do PIB. Nesse contexto, o governo fez um acordo com as centrais sindicais em torno de uma política de valorização do salário mínimo, aprofundou o programa Bolsa-Família e passou a formular um conjunto de políticas de promoção do desenvolvimento da infra-estrutura, promoção industrial e desenvolvimento regional que ganharia o nome de Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

A partir de 2006, aumentou a importância do Estado na promoção do desenvolvimento. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com uma direção mais qualificada e desenvolvimentista, ganhou mais recursos e importância política. Com a melhoria da situação externa, o pagamento da dívida ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e a progressiva recomposição da situação fiscal, parte do financiamento do PAC passou a ser viabilizada por superávits fiscais primários relativamente menores. Assim, as taxas de crescimento econômico elevaram-se substancialmente, refletindo o forte impulso dado pela elevação da renda e do acesso ao crédito das famílias mais pobres e da baixa classe média, cuja renda cresceu com os impactos do Bolsa-Família, da elevação do salário mínimo e da recuperação real dos salários nas negociações coletivas, além do aumento do emprego, e apesar da lenta redução da taxa real de juros. Mas o crescimento passou também a ser impulsionado pelo aumento do gasto e do investimento público, bem como pelo aumento do investimento privado¹².

E é dentro dessa perspectiva de mudança política, numa situação externa e fiscal muito melhor, que se pode entender a decisiva importância das políticas

11. P.E.A. Baltar et al.: *Trabalho no governo Lula: uma reflexão sobre a recente experiência brasileira*, cit.

12. A.L. dos Santos: *Recuperação econômica e trabalho no governo Lula*, cit.

públicas de combate aos efeitos da crise internacional de 2008, responsáveis pela rápida recuperação econômica. Ela não somente evitou um novo processo de desestruturação do mercado de trabalho, mas contribuiu para que o processo de reestruturação em curso continuasse avançando até com maior robustez, principalmente em 2010.

Nesse contexto, o aumento da formalização também sofreu influências positivas da melhoria da situação econômico-financeira das empresas e do retorno do crescimento do emprego nas grandes e médias empresas¹³. Além disso, deve-se destacar a grande relevância da expressiva redução das taxas de desemprego e da forte ampliação de novas oportunidades ocupacionais no processo de formalização do emprego. Em meados dos anos 2000, ocorreu uma inversão na composição dos trabalhadores que estavam à procura de trabalho:

Em meados dos anos 2000, ocorreu uma inversão na composição dos trabalhadores que estavam à procura de trabalho: a maioria passou a ser de ocupados em busca de melhor ocupação ■

a maioria passou a ser de ocupados em busca de melhor ocupação. Considerando o elevado estoque de mais de 15 milhões de empregados assalariados sem registro, esse contexto de ampliação das oportunidades de emprego permitiu que uma proporção maior de desempregados não aceitasse ocupar um posto de trabalho sem registro e proteção social; e que os trabalhadores já ocupados (e sem registro) buscassem aproveitar as melhores oportunidades para encontrar um emprego com registro e protegido pela

legislação trabalhista e previdenciária. Ou seja, a forte ampliação do emprego e a redução do desemprego reverteram uma situação muito comum até 2003, na qual os trabalhadores aceitavam qualquer tipo de trabalho e de vínculo, num contexto de desemprego recorde, ampliando a participação do trabalho informal e precário¹⁴.

Além dos impactos positivos do dinamismo econômico sobre o mercado, deve-se destacar o papel das instituições públicas, a presença do movimento sindical e o incremento de algumas políticas públicas. Apesar de o bom desempenho da economia ter sido um pressuposto, o processo de formalização

13. A.L. dos Santos: «Trabalho informal nos pequenos negócios: evolução e mudanças no governo Lula», cit.

14. P.E.A. Baltar et al.: *Trabalho no governo Lula: uma reflexão sobre a recente experiência brasileira*, cit.

é explicado também por outros fatores que são de ordem social e política, destacando-se a importância das políticas de regulação do mercado de trabalho. Nesse sentido, pode-se destacar o papel desempenhado pelas instituições públicas (Justiça do Trabalho, Ministério Público do Trabalho e Ministério do Trabalho e Emprego). O posicionamento dessas instituições estatais contribuiu para combater as fraudes da ausência do registro em carteira da relação de emprego, adotando posições que impulsionaram os agentes econômicos a atuar dentro da legalidade, em um ambiente econômico favorável e em um mercado de trabalho onde houve um aumento do poder de barganha dos trabalhadores e de suas organizações¹⁵.

No âmbito da política econômica, também foram implementadas algumas medidas que contribuíram para o processo de formalização. Entre elas, podem-se mencionar a política fiscal do governo desde 1999 para melhorar a máquina arrecadatória na perspectiva de enfrentar a crescente dívida pública; a melhor estruturação de parcela dos pequenos negócios – refletindo a ampliação das políticas de apoio ao segmento de micro e pequenas empresas (com a legislação do Super Simples) e do trabalho autônomo (com a legislação do Micro-Empreendedor Individual)¹⁶; e o aumento expressivo do emprego público na administração direta e nas estatais, viabilizado também pelo aumento da arrecadação tributária, pela ampliação dos serviços e das obras públicas e pelos projetos do PAC. Além disso, a melhoria das oportunidades de acesso ao sistema de crédito, juntamente com a política de valorização do salário mínimo e os aumentos salariais e de renda familiar dos segmentos de classe média baixa contribuíram para aumentar as exigências dos trabalhadores por formalização do emprego como forma de comprovar atividade e renda a fim de satisfazer os requerimentos de acesso ao crédito. A intensificação do combate ao trabalho forçado e a redução expressiva do trabalho infantil – considerando também sua relação virtuosa com o programa Bolsa-Família – contribuíram para a redução do peso das formas ilegais e informais de trabalho e para elevar o peso do trabalho formalizado na estrutura ocupacional¹⁷.

Esse maior ritmo de crescimento do PIB brasileiro, juntamente com a consolidação de um conjunto de políticas públicas (salário mínimo; Bolsa-Família;

15. Ibid.

16. A.L. dos Santos: «Trabalho informal nos pequenos negócios: evolução e mudanças no governo Lula», cit.

17. P.E.A. Baltar et al.: *Trabalho no governo Lula: uma reflexão sobre a recente experiência brasileira*, cit.; A.L. dos Santos: *Recuperação econômica e trabalho no governo Lula*, cit.

maior acesso ao crédito; apoio a agricultura familiar; ampliação dos créditos do BNDES) e da ação sindical contribuíram para ampliar a formalização e reverter o processo de desestruturação do mercado e das relações de trabalho no Brasil promovido pelas políticas neoliberais (econômicas, trabalhistas, sociais, previdenciárias) dos anos 90.

■ **Significados e consequências do processo de reestruturação do mercado e das relações de trabalho no Brasil**

À medida que o crescimento econômico, as políticas públicas e a prática sindical foram construindo um contexto de aumento do emprego, redução do desemprego, melhoria do padrão ocupacional, elevação do poder de compra do salário mínimo e recuperação dos salários, ficou cada vez mais evidente, no plano concreto, que tudo isso foi possível prescindindo da flexibilização, ou da redução do já baixíssimo custo do trabalho, ou ainda de medidas que caminhassem no sentido de eliminação de direitos dos trabalhadores¹⁸. Mais do que isso: a elevação do salário mínimo e dos salários em geral, num contexto de forte elevação do emprego formal, jogou por terra os argumentos e as teses dos economistas ortodoxo-liberais. Esses sustentaram durante muito tempo, especialmente nos anos 90 e na primeira metade dos anos 2000, que a elevação do salário mínimo e seus impactos sobre a estrutura salarial provocariam redução do emprego e elevação da informalidade¹⁹.

O alcance de taxas mais elevadas de crescimento econômico foi decisivo para que o mercado e as relações de trabalho melhorassem gradativamente. O sucesso de muitas políticas públicas e da prática sindical estava, em certa medida, também associado ao desempenho da economia: no primeiro caso, por meio dos impactos do crescimento sobre a arrecadação tributária que poderiam ampliar seu financiamento; no segundo caso, pelos impactos do crescimento sobre a geração de empregos, redução do desemprego e melhoria da situação econômico-financeira das empresas, o que contribuiu para melhorar as condições das negociações coletivas para os trabalhadores.

A política de salário mínimo, num contexto de ampliação do emprego assalariado formal, foi fundamental para a expressiva elevação dos salários de

18. P.E.A. Baltar et al.: *Trabalho no governo Lula: uma reflexão sobre a recente experiência brasileira*, cit.

19. A.L. dos Santos e Fabiano Garrido: «Impactos do salário mínimo sobre a pobreza no Brasil» em *Carta Social e do Trabalho* Nº 4, 5-8/2006.

base, das aposentadorias e pensões e de outros benefícios sociais e previdenciários (seguro-desemprego, acidentes, doenças, etc). O respeito à liberdade de organização dos trabalhadores e a priorização da construção de espaços de diálogos com seus representantes foram também aspectos importantes para a elevação do poder de compra dos salários – crescentes ao longo do período – como resultado de processos de negociação coletiva de conflitos trabalhistas nos setores públicos e privados. Num contexto de inflação sob controle e de progressiva valorização cambial, o aumento do salário mínimo, seus impactos sobre os benefícios previdenciários e assistenciais e a recuperação dos salários decorrentes das negociações coletivas resultaram num aumento expressivo da renda média do trabalho e das famílias mais pobres, principalmente dos menores rendimentos, contribuindo para a redução das diferenças relativas dos rendimentos dos trabalhadores²⁰.

A política de salário mínimo foi fundamental para a expressiva elevação dos salários de base, das aposentadorias e pensões e de outros benefícios sociais e previdenciários ■

Nos anos 2000, a pobreza absoluta reduziu-se de forma expressiva. Pelos critérios do Banco Mundial, «mais de 28 milhões de brasileiros suplantaram a ‘linha de pobreza’. O contingente de pobres caiu de 36% para 22% da população total»²¹. A proporção da população em situação de extrema pobreza que alcançava a elevada cifra de 25,8% em 1990 caiu para 4,8% em 2008, ou cerca de 9 milhões de pessoas²². No entanto, pela metodologia do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), aplicada aos dados do Censo Demográfico de 2010, a extrema pobreza ainda alcançaria 8,5% da população total, 5,4% da população urbana e 25,5% da população rural²³.

A elevada desigualdade social reduziu-se de forma significativa, considerando sua evolução apenas num curto período de tempo. Entre 2003 e 2010, a renda domiciliar per capita dos extratos mais pobres cresceu 50%, ante 12%

20. P.E.A. Baltar et al.: *Trabalho no governo Lula: uma reflexão sobre a recente experiência brasileira*, cit.

21. Eduardo Fagnani: «Notas sobre o desenvolvimento social recente no Brasil», Texto para Discussão Nº 198, Instituto de Economia da Unicamp, Campinas, novembro de 2011.

22. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA): *Relatório anual de acompanhamento do Objetivo de Desenvolvimento do Milênio*, IPEA, Brasília, 2010.

23. MDS: *O perfil da Extrema Pobreza no Brasil com base nos dados preliminares do universo do Censo 2010*, MDS, Brasília, maio de 2011.

auferido pelos mais ricos²⁴. A queda da desigualdade pode ainda ser verificada pelo índice de Gini, que recuou de 0,583 em 2002 para 0,53 em 2010²⁵.

Refletindo principalmente a elevação do emprego formal, a população ocupada com 10 anos ou mais, com contribuição previdenciária, passou de 39,2 milhões para 49,6 milhões, enquanto o conjunto de ocupados sem contribuição previdenciária foi reduzido de 45,2 milhões para 43 milhões, apenas no período 2004-2009. Os impactos foram mais expressivos entre os ocupados de baixa renda: o número de ocupados contribuintes à previdência social, com renda de no máximo um salário mínimo, aumentou 63% nesse período²⁶. Estudos do Ministério da Previdência indicam que sem a Previdência a pobreza no Brasil seria superior a 45%²⁷.

Nos anos 2000, refletindo também o crescimento do emprego formalizado, nas empresas mais estruturadas e no setor público, houve uma dupla tendência em relação ao ator sindical. Por um lado, os sindicatos ampliaram a sua representatividade junto as suas categorias profissionais. O número de sindicalizados voltou a crescer, depois de uma queda constante nos anos 90, e o resultado das negociações coletivas também foram mais favoráveis aos trabalhadores, especialmente em relação à negociação salarial. A taxa de sindicalização cresceu mais entre as mulheres e situa-se, entre os trabalhadores formais, na faixa de 27%, em 2009. O número de sindicalizados passou de 12,7 milhões em 2001 para 16,5 milhões em 2009. Entre as mulheres, as sindicalizadas passaram de 4,8 milhões para 6,6 milhões no mesmo período. Ainda assim, o emprego formal cresceu mais intensamente do que a sindicalização.

Ao mesmo tempo, o sindicalismo constituiu-se em um interlocutor importante em espaços públicos de discussão, conseguindo alguns avanços, não tanto pela sua capacidade de mobilização, mas pela relação com um «governo amigo», especialmente na definição das políticas de enfrentamento da crise financeira de 2008 e 2009.

24. E. Fagnani: op. cit.

25. IPEA: op. cit.

26. A.L. dos Santos: «Trabalho informal nos pequenos negócios: evolução e mudanças no governo Lula», cit.

27. «[E]m meados de 2011, a Seguridade Social concedeu 34,8 milhões de benefícios diretos, assim distribuídos: Previdência Urbana (16,6 milhões); Previdência Rural (8,4); Proteção aos idosos pobres e com deficiência (3,8); e Seguro-desemprego (6,0). O caráter distributivo desses programas fica mais evidente se também contabilizarmos seus efeitos indiretos. Segundo o IBGE, (...) a Seguridade Social beneficia, direta e indiretamente, cerca de 104 milhões de pessoas, a metade da população do país». Eduardo Fagnani: op. cit.

Por outro lado, o sindicalismo ainda não conseguiu ter o mesmo protagonismo político na sociedade brasileira que na década de 1980. Protagonismo em conseguir vocalizar as aspirações mais gerais da classe trabalhadora, que pode ser evidenciado, apesar dos avanços, na timidez de alterações mais substantivas da regulação pública do trabalho.

Houve, também, um aumento do poder de barganha dos sindicatos. Entre 1996 e 2003, o resultado das negociações coletivas foi desfavorável aos trabalhadores, pois, em geral, prevaleceu uma agenda de retirada de direitos e de perda do poder de compra dos salários, que caíram 17% entre 1997 e 2003. Por exemplo, em pesquisa realizada em 2001, a manutenção das cláusulas anteriores era considerada uma vitória pelos dirigentes sindicais²⁸. A partir de 2004, houve uma importante inflexão, quando grande parte das categorias conseguiu recompor o poder de compra dos salários e inclusive alcançar algum aumento real. As negociações salariais mais favoráveis foram dadas, especialmente, pela política de valorização do salário mínimo e pelo aumento do poder de barganha dos sindicatos em um contexto de elevação do emprego. Os pisos salariais tiveram uma elevação ainda mais substantiva. Portanto, o resultado das negociações salariais mostra que houve um número crescente de categorias com capacidade de repor a inflação passada e conseguir algum aumento real. Por exemplo, em 2010, 88% das categorias conseguiram aumento real²⁹.

Por fim, cabe ressaltar que há movimentos contraditórios em relação ao avanço da regulação pública e privada das relações de trabalho. As mudanças no capitalismo contemporâneo, reconfigurando a classe trabalhadora, tendem a fortalecer as perspectivas de flexibilização. Assim, ao mesmo tempo, há um processo de formalização relacionado com a ação sindical e das instituições públicas, em um contexto de crescimento econômico, e também o avanço da flexibilização, com o incremento de fatores como terceirização, subcontratação, taxa de rotatividade e forte presença de ilegalidades e informalidades, aspectos ainda não revertidos no atual contexto³⁰.

28. J.D. Krein: «As tendências recentes nas relações de emprego no Brasil: 1990-2005», tese de doutorado, Instituto de Economia, Unicamp, Campinas, 2007.

29. J.D. Krein, A.L. dos Santos e Bartira Tardelli Nunes: *op. cit.* As negociações coletivas ficaram mais complexas, incluindo também uma agenda de flexibilização das relações de trabalho. Por exemplo, pode-se citar o avanço dos programas de participação nos lucros e resultados (PLR), que é o principal aspecto barganhado nos setores mais dinâmicos da economia, da modulação e controle da jornada de trabalho.

30. P.E.A. Baltar et al.: *Trabalho no governo Lula: uma reflexão sobre a recente experiência brasileira*, cit.

O sindicalismo ainda não conseguiu ter o mesmo protagonismo político na sociedade brasileira que na década de 1980 ■

■ Considerações finais

O recente processo de formalização é uma importante inflexão ocorrida na sociedade na brasileira, com claras evidências sobre a maior inclusão da população no mercado de trabalho e no sistema de seguridade social. Esse processo veio acompanhado de uma política de valorização do salário mínimo e de melhoria das negociações salariais, contribuindo diretamente para uma distribuição um pouco menos desigual dos rendimentos do trabalho.

É fundamental destacar que o pressuposto para essa tendência foi o desempenho positivo da economia, num cenário internacional favorável, especialmente com a valorização das *commodities* e da intensificação do comércio mundial. A oportunidade econômica foi potencializada pelo contexto político, com a adoção de determinadas políticas públicas, o importante papel das instituições públicas da área do trabalho e o soerguimento do movimento sindical, apesar de algumas contradições e de processos ambíguos. Enfim, o recente período de taxas mais elevadas de crescimento econômico, embora entrecortado pelos efeitos negativos de uma profunda crise internacional, acompanhado por um conjunto de políticas públicas voltadas para o trabalho – no sentido da regulação e não da flexibilização, da ampliação e não da redução de direitos – e pelas lutas e conquistas do movimento sindical, mostrou que a geração de empregos, a formalização, a elevação dos salários e o movimento geral de estruturação do mercado e das relações de trabalho prescindem dos processos de flexibilização. Também mostrou que, ao contrário, a eficácia dessas mudanças está associada à ampliação da regulação sobre o mercado e as relações de trabalho, processo no qual as políticas públicas e os sindicatos foram bem-sucedidos em promover, num contexto de maior dinamismo econômico.

É, portanto, nessa perspectiva que se deve pensar a superação de um conjunto de problemas ainda marcantes no mercado e nas relações de trabalho brasileiras, com medidas de regulação que busquem a melhoria da qualidade das ocupações; a regulação dos processos de terceirização; a redução da rotatividade no emprego, da jornada e dos acidentes de trabalho; o combate às práticas ilegais na contratação de empregados sem registro, nos processos fraudulentos de contratação de empregados disfarçados de pessoas jurídicas, no trabalho forçado e infantil; o combate à informalidade do trabalho por conta própria de baixa renda e sem proteção social e não remunerado; o combate à baixa qualificação da força de trabalho, à geração de ocupações de baixos salários, à forte desigualdade social, e à ampla e histórica flexibilidade do mercado de trabalho brasileiro. ☒

Referências bibliográficas

- Baltar, Paulo Eduardo de Andrade, José Dari Krein e Amilton José Moretto: «O emprego formal nos anos recentes» em *Carta Social e do Trabalho* Nº 3, 1-4/2006.
- Baltar, Paulo Eduardo de Andrade, Anselmo Luis dos Santos, Fabiano Garrido e Marcelo Weishaupt Proni: «Estrutura do emprego e da renda» em Mariano Laplane e Célio Hiratuka (orgs.): *Perspectivas do investimento no Brasil*, BNDES, Rio de Janeiro; IE-Unicamp, Campinas, 2009.
- Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE): «O balanço das negociações salariais em 2010» em *Estudos e Pesquisas* Nº 55, DIEESE, São Paulo, 2011.
- Departamento Sindical da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo: «Recomendações para a negociação na crise», São Paulo, 5 de março de 2009, disponível em <www.sicongel.org.br/arquivos/instrumento_juridico_para_crise2009.pdf>, acessado em 21/5/2011.
- Galvão, Andréia: «O movimento sindical no governo Lula entre a divisão e a unidade», trabalho apresentado no VI Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia do Trabalho (ALAST), Cidade do México, abril de 2010.
- Nobre Jr., Hildeberto, José Dari Krein e Magda Barros Biavaschi: «A formalização dos contratos e as instituições públicas» em Eduardo Fagnani, Wilnês Henrique e Clemence Ganz Lúcio (orgs.): *Previdência social: Como incluir os excluídos?*, LTr, São Paulo, 2008, pp. 119-135.
- Santos, Anselmo Luis dos: «Trabalho em pequenos negócios no Brasil: impactos da crise no final do século xx», tese de doutorado, Instituto de Economia, Unicamp, Campinas, 2006.
- Santos, Anselmo Luis dos: «Recuperação do emprego formal e baixo crescimento: impactos sobre o mercado de trabalho» em *Carta Social e do Trabalho* Nº 3, 1-4/2006.

AMÉRICA LATINA HOY Revista de Ciencias Sociales

Abril de 2012

Salamanca

Nº 60

PARAGUAY: **Luis Uharte Pozas**, El proceso de democratización paraguay: avances y resistencias. **Diego Abente Brun**, Estatalidad y calidad de la democracia en Paraguay. **Luis Antonio Fretes Carreas**, La consolidación democrática en Paraguay. **Sarah Patricia Cerna Villagra**, «Yvi marae'y»: el conflicto del Estado con los pueblos indígenas en Paraguay. **Liliana Duarte Recalde**, Variaciones en el comportamiento electoral en Paraguay. **Luis Ortíz Sandoval**, Bilingüismo y educación: La diferenciación social de la lengua escolar. VARIA: **Luis Fernando Angosto Ferrández**, Participación y representación indígena en los procesos electorales venezolanos. **Jorge Alberto López Arévalo y Óscar Peláez Herreros**, Análisis de convergencia económica en el interior de Chiapas: municipios, regiones e inconsistencias aparentes. NOTICIAS DE LIBROS: realizadas por Manuel Alcántara, María José Cascante, Flavia Freidenberg, Martha Liliana Gutiérrez Salazar, Hugo Marcos Marné, Fernando Pedrosa Raisky, Mara Pegoraro, Anibal Pérez-Liñán, Daniela Lucía Vargas Moreno, Mabel Villalba Portillo, Carlos Vázquez Ferrel.

Disponibles a texto completo todos los artículos de *América Latina Hoy* en
<<http://www.usal.es/~iberoame/americalatinahoy/index.htm>>.

América Latina Hoy. Revista de Ciencias Sociales es una publicación cuatrimestral del Instituto Interuniversitario de Iberoamérica con Ediciones Universidad de Salamanca. Correo electrónico: <latinahoy@usal.es>.